

Policiais ignoram decisão judicial

Apesar de o Tribunal de Justiça rejeitar o recurso contra a suspensão da greve, líderes alegam que o fim do movimento tem que ser aprovado em assembleia da categoria

» JULIANA BOECHAT

O futuro da greve dos policiais civis do Distrito Federal poderá ser decidido hoje. Em uma assembleia marcada para as 15h — além de um encontro com o governador Rogério Rosso pela manhã, o Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) e o governo buscarão um acordo sobre o tema. Os funcionários da segurança cruzaram os braços em 19 de junho, com a promessa de retomar o trabalho dois dias depois. O protesto serviu como resposta à decisão do Ministério do Planejamento, que acabou com qualquer expectativa de aumento dos salários dos servidores públicos este ano. A greve, no entanto, se prolongou. E o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) determinou a volta imediata da categoria ao trabalho sob ameaça de multar a corporação em R\$100 mil por dia de greve. A categoria recorreu da decisão. Mas o desembargador responsável pelo caso negou o pedido, na tarde de ontem.

No documento de defesa, os policiais civis defenderam a legitimidade da paralisação. “Explicamos que a partir do momento em que o movimento grevista é deflagrado, apenas a assembleia pode desfazer tudo. Pedimos também para considerar nossa greve legítima. Somos servidores públicos, esse é nosso direito”, disse o vice-presidente do Sinpol, Ciro de Freitas. A corporação alegou ainda que os policiais são pagos pelo governo federal e, por isso, o caso deveria ser julgado na Justiça Federal. Os

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Os policiais civis divergem da Justiça e as delegacias só registram ocorrências de morte ou flagrante

agentes querem um aumento total de 33%, divididos em cinco etapas: 5% em setembro de 2010; 7% em março e 7% em setembro de 2011; 7% em março e 7% em setembro de 2012. A categoria está entre as mais bem pagas do Brasil, com um salário de R\$ 7.514,37. “Temos que esperar a assembleia. É um debate judicial, ainda não fomos ouvidos sobre a greve, então nós temos direitos também e vamos lutar e por eles.”

O desembargador da 1ª Turma Cível do TJDFT Natanael Caetano decidiu manter, em caráter provisório, a decisão que obriga os policiais a voltarem ao trabalho sob pena de multa. O mérito da questão, no entanto, deve ser analisado na quarta-feira

da próxima semana pelos demais desembargadores. O relator do caso discordou das alegações do sindicato dos policiais. De acordo com Caetano, a categoria serve ao Governo do DF e, por isso, o julgamento é de competência do TJDF. “Ordem judicial deve ser cumprida de imediato, mesmo que dela discorde o sindicato e seus integrantes, não podendo a sua eficácia ficar condicionada à realização de assembleia, que serve para decidir tão somente questões internas da corporação”, votou. Ainda cabe recurso.

Com a paralisação, as delegacias passam a registrar apenas ocorrências em flagrante ou que envolvem morte. A confecção de carteiras de identidade

nas delegacias e nos postos do Na Hora fica suspensa, exceto para idosos, portadores de necessidades especiais e gestantes. Normalmente, cerca de 950 identidades são expedidas por mês nas delegacias do DF. Em dezembro e janeiro, o número chega a 1,2 mil. Na manhã de ontem, o eletricitista Jairo Luis Rocha, 29 anos, foi ao posto policial na Rodoviária do Plano Piloto para fazer um boletim de ocorrência e tirar novos documentos. “Perdi minha carteira há dois dias. Agora não consigo me regularizar. Fico muito desanimado com o meu país”, explicou Jairo, que passou seis anos na Espanha e chegou ao Brasil há quase uma semana. O único documento em mãos é o passaporte.